



# Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1988  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Algaci Túlio.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Anibal Khury, Vera Agibert, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Caio Quintana, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, José Alves, Acyr Meszadri, Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielise Crisóstomo, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Gernote Kirinus, Rafael Greca. (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Of. nº 1089/88 Curitiba, 14.12.88  
Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, na forma do disposto no artigo 96, inciso II, letra "b", combinado com o art. 73, da Constituição Federal, encaminhar para exame dessa Augusta Assembléia Legislativa do Paraná, o incluso an-

teprojeto de lei, aprovado em sessão plenária de 13 do corrente mês, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Paraná, que devem por imperativo legal acompanhar as alterações dos vencimentos dos Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

Ao ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as expressões de alto e destacado apreço.

(a) ANTONIO FERREIRA RUPPEL  
Presidente

### ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas.

Art. 1º - O vencimento básico de Conselheiro do Tribunal de Contas é fixado em Cr\$ 462.962,97.

Art. 2º - Os Conselheiros não perceberão, a qualquer título, remuneração inferior, nem superior, a dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Para atender as despesas com execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ou complementar, os créditos necessários.

Art. 4º - Os efeitos desta lei vigoram a partir de 05 de outubro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

### Ofício nº

Curitiba, 20 de dezembro de 1988.  
Senhor Presidente.

Com o presente comunicamos a formação da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), composta pelos seguintes Deputados:

1. Nereu Carlos Massignan
2. Haroldo Rodrigues Ferreira
3. Nelson Guimarães Vasconcellos
4. José Rogério Carvalho
5. Raul Victor Lopes
6. Paulino José Delazeri

Face ao exposto solicitamos as providências regimentais, e aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente.

(aa) NEREU MASSIGNAN

Deputado Estadual

HAROLDO R. FERREIRA

Deputado Estadual

NELSON G. VASCONCELLOS

Deputado Estadual

JOSÉ R. CARVALHO

Deputado Estadual

RAUL V. LOPES

Deputado Estadual

PAULINO J. DELAZERI

Deputado Estadual

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 345/88, oriundo da Mensagem Governamental n° 131/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO

REQUERIMENTO N° 1067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para as mensagens governamentais 130/88 e 132/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO

REQUERIMENTO N° 1075

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, bem como enviado à família enlutada, na pessoa do Dr. RENATO REQUIÃO, votos de profundo pesar pelo falecimento do Coronel FM. DA GOBERTO DULCIDIO PEREIRA - Coronel FM, ex-Comandante Geral, ex-Secretário de Segurança Pública, ex-Chefe da Casa Militar, ex-Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul e de Rio Azul e Cidadão Benemérito do Paraná.

O falecimento ocorreu no dia 17 pretérito.

Sala das Sessões, em 20.12.88

(a) RAUL LOPES

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Pelos diversos cargos e funções exercidos pelo Coronel falecido, bem como pelo alto título concedido por este legislativo em 05 de agosto de 1987, dispensa qualquer justificativa pois a sua vida deu um livro e daria por certo uma biblioteca se detalhada fosse.

REQUERIMENTO N° 1063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor OSVALDO FERNANDES, ocorrido no Município de Iguaraçu, no dia 15 de dezembro de 1988 onde será sepultado.

O passamento do Senhor OSVALDO FERNANDES, no seio da tradicional família Fernandes, veio abrir enorme lacuna. O extinto era líder comunitário e sogro do Presidente do P.M.D.B., Vereador Silvio Vieira.

REQUER, outrossim, que da manifestação deste Poder, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de Silvio Vieira, Presidente do P.M.D.B. de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 20.12.88

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO N° 1073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Razidut Jesus de Souza, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.12.88

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Razidut Jesus de Souza é pioneiro da região noroeste e muito contribuiu para o progresso de nosso Paraná. É pai, também, do Senhor Tacísio Barbosa de Souza, funcionário do Deputado e participante ativo do Movimento Tradicionalista Gaucho do Noroeste do Paraná.

Solicitamos ainda, que seja enviada cópia deste à família, no seguinte endereço: Rua Mal. Cândido Rondon n° 1945, Paranavaí-PR, CEP: 87.700

REQUERIMENTO N° 1064

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à EDITORA REVISTA PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS LTDA, pela passagem do seu 21° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornalista TELEMACO DA SILVA QUADROS, Diretor Presidente.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

Apoio: Algaci Túlio

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Revista dos Municípios, fundada em dezembro de 1967, permanece até hoje, como líder municipalista em todo o Estado do Paraná.

Respalhada por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública de todos os municípios do Paraná, a Revista dos Municípios merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela maneira como conduz imparcialmente a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto a população, e prestando relevantes serviços junto a comunidade de um modo geral.

A Revista dos Municípios representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para nos-

so desenvolvimento social, cultural, econômico e sobretudo municipalista.

Alta tecnologia aliada a capacidade criativa, dos recursos humanos com eficiência máxima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso da Editora, líder municipalista, cobrindo todo o território do Paraná, levando a todos os paranaenses a informação, o entretenimento, a cultura - ao mesmo tempo transportando para a opinião pública a imagem real dos Municípios.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do 21º aniversário da Revista dos Municípios. A este júbilo o Poder Legislativo se associa, como representante do povo, congratulando-se com a direção da Revista, representada pelo jornalista TELEMACHO DA SILVA QUADROS, e ao seu corpo de profissionais, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa da Revista.

## REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 331/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 332/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 333/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II,

§ 1º, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 334/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do Art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 335/88.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Novo Mundo, criado pela Lei nº 8.894, de 27 de outubro de 1988, no Município de Curitiba, Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Novo Mundo, no Município de Curitiba, criado pela Lei nº 8.894, de 27 de outubro de 1988, apresenta um relevante desenvolvimento nos mais diversos aspectos. Conta com infraestrutura de serviços e condições sócio-econômicas que justificam perfeitamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o Art. 27, da Lei nº 8.280, de 24 de janeiro de 1986.

## REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, para que solicite ao INAMPS, imediato pagamento das dívidas que tem junto aos prestadores de serviços, evitando assim, um colapso no setor em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação deve-se ao fato de que os hospitais credenciados à Previdência estão paralisando o atendimento aos usuários devido ao atraso no pagamento pelos serviços prestados. A mesma situação enfrentam os médicos, que tem um atraso de quatro meses no pagamento de seus honorários.

Levando-se em conta que a inflação tem chegado perto da casa dos 30% ao mês que, usualmente, a Previdência atrasa pelo menos dois meses o pagamento e, quando o faz, não corrige os valores, hospitais e médicos estão literalmente pagando para trabalhar para o INAMPS.

Por isto é solicitado ao Governador Alvaro Dias que interfira oficialmente na questão, evitando assim que situações como esta se prolonguem e se agravem, acabando por comprometer a saúde de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência convoca o Sr. Neivo Beraldin, 1º Suplente de Deputado Estadual da Bancada do PMDB, para que assuma a vaga em decorrência do pedido de licença concedido por esta Casa ao Deputado José Domingos Scarpellini e declara empossado Sua Excelência o Sr. Neivo Beraldin e deixa o mesmo de prestar o juramento pois já o fez anteriormente nesta Casa.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer a gentileza da Presidência nos concedendo este horário para que hoje possamos formar nesta Assembléia Legislativa e, conseqüentemente, no Paraná, a Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira.

Neste sentido, por delegação dos demais companheiros que formam esta nova bancada, temos a comunicar o seguinte: Lê:

#### AO POVO PARANAENSE

Estamos formalizando, hoje, o nosso desligamento dos quadros do PMDB, sucedâneo do legendário Movimento Democrático Brasileiro, que era a trincheira natural da resistência contra a ditadura e o arbítrio institucionalizado.

O PMDB foi assim a nossa opção de luta, a bandeira que conduzimos, anos a fio, vencendo medos e resistências, superando desconfiças e repressões, sem medirmos riscos, sacrifícios ou conseqüências.

Foi também a nossa principal escola de formação política e de militância, quem nos ajudou a fortalecer convicções doutrinaárias, a definir a postura ideológica

que marcou a trajetória de tantos de nós, do mesmo modo que nos ensinou a plantar, aqui e ali, a boa semente da democracia participativa que, no Paraná, germinaria com o Governo José Richa, desde a memorável vitória nas urnas de 1982.

Fomos sempre fiéis aos princípios programáticos do Partido, às suas linhas básicas de ação consubstanciadas no documento "Esperança e Mudança", ideário que espelhava e traduzia todas as nossas aspirações e reclamos, mensagem renovadora que empolgou o Brasil inteiro, desejoso de crescer em liberdade, compatibilizando desenvolvimento e democracia.

A assunção do Partido ao poder, e o exercício, no plano federal, de funções de mando; vieram demonstrar, entretanto, o que muitos de nós já suspeitávamos: na Nova República, pela qual nos tornamos co-responsáveis, as práticas administrativas não guardavam e nem guardam a necessária e indispensável conformação ao discurso político, ao discurso do PMDB, ao discurso que, por duas décadas, fez ao povo, dele cada vez mais se distanciando.

Integrantes de uma composição de forças, concertada em momento particularmente delicado da vida do País - a escolha, pelo Colégio Eleitoral, do sucessor do Gal. João Figueiredo - não soube o PMDB imprimir a marca de sua personalidade a um Governo que o tempo revelou nada ter em comum conosco, talvez até porque o próprio PMDB também não houvesse sequer definido o seu verdadeiro perfil.

O PMDB foi tímido no aplauso às pouquíssimas medidas acertadas que o Governo José Sarney veio a tomar, e igualmente débil ao criticá-lo todas as vezes em que errou ou contrariou as linhas mestras do programa partidário, desrespeitado a cada passo.

Indeciso entre ser governo ou oposição, o PMDB não foi nem uma coisa e nem outra, e acabou perdendo a confiança das grandes massas, que o sagraram vitorioso, por esmagadora maioria, no pleito de 1986, ao mesmo tempo em que se confessava incapaz de operar as transformações e as mudanças.

Enquanto tinha comprometida a sua credibilidade junto à opinião pública, o PMDB sequer conseguia praticar internamente o que fora o seu apanágio e objetivo maior: a democratização. E, por isso, acabou convertido num partido como quaisquer outros, sem a mínima transparência, centralizada, cada vez mais concentrador de poderes, num partido de um dono só, no partido do Doutor Ulysses, quando, antes fora, o partido de milhões de brasileiros.

Muitos de nós, ao lado de tantos outros companheiros ilustres, se insurgiram contra as práticas internas autocráticas

ou a postura de acomodação e de subserviência que vieram a macular a imagem do PMDB. Infelizmente, os protestos, as denúncias, as tentativas de alterar os rumos não lograram êxito. Com isso, o Partido se descaracterizou, incapaz de se democratizar, como se a democratização, muito mais do que navegar ou viver, não fosse a bússola que deveria nortear o nosso trabalho.

Registre-se que boa parte desses protestos e denúncias vieram do PMDB paranaense, cujas lideranças mais representativas jamais concordaram com a fixação do mandato presidencial em 5 anos, de resto em consonância com as nossas bases, as quais, ouvidas em memorável consulta, opinaram pelos 4 anos.

Muitas dessas lideranças e alguns de nós subscreveram sucessivos manifestos de críticas à política econômica-social e financeira do Governo Federal, sugerindo, inclusive, que o Partido rompesse com o Presidente José Sarney. Tudo em vão.

Enquanto isso, na Constituinte ficava clara a ausência de uma linha programática, uma diretriz que fosse, a orientar o comportamento de nossa Bancada, a qual, inúmeras vezes, votou contra o ideário do Partido ou as recomendações da liderança. Negava-se, na prática, a pregação dos palanques.

Paralizado por suas contradições, o PMDB preferiu o caminho da acomodação. Não rompeu com o Governo Federal, ficou no poder, contrariou o seu programa, abandonou as propostas de mudanças e acabou julgado desfavoravelmente pelo povo nas recentes eleições municipais. Teve um ocaso melancólico, que o seu passado de lutas não fazia crer.

Note-se que, também inconformados, tantos companheiros da primeira hora já haviam tornado público o seu desligamento - Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e, os nossos José Richa, Euclides Scalco e Nelson Friedrich, por exemplo -, aglutinando-se em nova agremiação, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que a partir de hoje também nos abriga.

Somos e seremos oposição ao Governo Federal, na medida em que as promessas de mudança social permaneçam descumpridas, a crise econômica continue nos empobrecendo, o fisiologismo e a corrupção se conservem impunes e as velhas práticas políticas se mantenham enraizadas.

Reafirmamos, entretanto, os compromissos com aqueles que nos elegeram para Assembleia Legislativa e a Constituinte Estadual. Estejam todos certos de que as suas aspirações e conveniências ficarão permanentemente a salvo das questões locais, porque o nosso efetivo propósito é servir à comunidade.

Deixamos um Partido que está no Governo, e é Governo do Paraná, para ficar ao lado do povo. As vantagens e as comodidades do poder não nos seduzem ou fascinam. A elas renunciaremos de bom grado.

Saibam todos que também seremos oposição, aqui em nosso Estado. Entretanto, sempre que os interesses do povo o exigirem, não negaremos apoio ao Governo, porque a oposição pela oposição não é o nosso lema ou propósito, haja vista que não nos movem interesses menores ou subalternos.

Saímos do PMDB para o Partido da Social Democracia Brasileira para não abdicarmos de idéias e convicções, e não renunciarmos a nós mesmos. Deixamos para trás nosso inconformismo com uma direção partidária centralizadora e surda aos reclamos de participação nas decisões. No PSDB, ao contrário, a proposta é de uma prática democrática, com a permanente consulta às bases. Exemplo disso, são as primárias, marcadas para abril, que definirão o nome do candidato do partido às eleições presidenciais. Outro dos principais apelos sobre nós exercidos pelo PSDB é a defesa da implantação do Parlamentarismo, que consideramos o melhor sistema de governo para o Brasil.

Por estas e outras questões, sabemos - e o povo paranaense sabe - que fizemos a melhor opção. O tempo se encarregará de demonstrar o acerto de nossa decisão.

Curitiba, 20 de dezembro de 1988.

(aa) Haroldo Ferreira, José Rogério Carvalho, Nelson Vasconcelos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Raul Lopes.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros visitantes do PSDB que nos honram com a sua presença na tribuna de Honra. Venho a esta Tribuna para anunciar em data de hoje, a minha desfiliação, o meu desligamento portanto, do PMDB ao PSDB.

Oportunamente no curso dos trabalhos e no curso dos órgãos de comunicação, direi detalhadamente qual o motivo, - qual a razão. Desta feita eu vou me permitir ler uma saudação, um pronunciamento que assim nós alinhamos para tornar público, nesta querida Casa.

Passaram-se 50 anos, até que a classe policial militar, engajada num movimento Cívico-classista, conquistou uma cadeira nesta Casa de Leis.

Foi meio século de acúmulo de esperanças e aspirações.

Esperanças de melhorias salariais, sociais e profissionais.

Em 1986, a classe policial militar,

irmanada aos amigos civis, elegeu o então comandante geral para ocupar essa cadeira.

Assumi humildemente essa missão e de pronto iniciei meu trabalho em defesa dos interesses da classe policial e da sociedade paranense.

Cada aspiração identificada tornou-se uma bandeira a ser defendida.

Fui leal enquanto pude; tanto ao meu partido quanto ao meu Governo, porém, as atitudes deles faziam-me ver que essa lealdade era unilateral a recíproca nunca foi verdadeira.

Com o passar do tempo, o PMDB foi esquecendo os seus princípios e o seu programa.

Sua ideologia, d'antes cantada em prosa e verso, hoje é esquecida pelos poderosos.

As convicções doutrinárias estão se perdendo no espaço.

O velho MDB, pai do PMDB, aguerrido defensor da democracia, perdeu com a sua morte, a identidade, pois seu filho único, comprovadamente não seguiu seus ensinamentos.

As vitórias vibrantes de 1982 e de 1986 deram ao PMDB a falsa certeza do poder eterno. A resposta popular, porém, não tardou.

Senhores, o PMDB que aceitou pacificamente que um seu adversário, habilmente, assumisse a Presidência da República; o PMDB que não soube aceitar as críticas; o PMDB que prega, hoje: Faça como eu digo mas não faça como eu disse, ... por certo não é o PMDB que conheci ... filho do velho e bravo MDB.

Por tudo isso, e sentindo a incompatibilidade política, doutrinária e ideológica que me separava, dia a dia, do PMDB, iniciei um processo de consultas às minhas bases. As opiniões foram unânimes ... "muda Deputado..."

Convidado que fui para integrar as fileiras do Partido da Social Democracia Brasileira e com o respaldo político da minha classe e de amigos, aqui estou ... despedindo-me do PMDB para somar-me ao PSDB.

Aos companheiros da bancada que ora deixo, reafirmo meu abraço e registro que ... mesmo em bancada oposta, quando um projeto coadunar-se com a vontade popular ou com a expectativa da minha classe, estarei somado a ela.

Todos os representantes do povo que aqui tomam assento, merecem a minha consideração e respeito.

Aos companheiros que hoje, escolheram o mesmo caminho que passo a trilhar e os companheiros que, por certo seguirão esse caminho, futuramente, desejo ... serenidade ... sucesso e força.

Muito obrigado.

Era só Senhor Presidente. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Arnibelli) Esta Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário do ex-Deputado, cassado pela Revolução, Walter Alberto Pecoits, e concede a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Lê): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Após esta Sessão Plenária na companhia de cinco outros membros desta Casa Legislativa, todos eles egressos, como eu, das fileiras do PMDB, o meu pedido de filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira. E, na oportunidade, tornamos públicas, através de Manifesto dirigido ao povo do Paraná, as razões de nosso desligamento da agremiação pela qual nos elegemos.

A essas razões, quero, por um imperativo de consciência aduzir outras tantas, dirigidas especificamente, agora, às centenas, milhares de amigos e correligionários de Umuarama, em particular, e de regiões circunvizinhas, e aos que, do Estado inteiro, sufragaram, por duas vezes consecutivas, o meu nome.

Meu gesto não tem qualquer sabor ou sentido de represália, rebeldia, repúdio, deserção ou mesmo mágoa, na medida em que não renego a fraterna convivência com tantos amigos e companheiros ilustres nesta Assembléia ou fora dela - convivência alicerçada no desejo comum de servir aos que nos escolheram seus representantes na Constituinte Estadual, recém-instalada - sobre o abrigo de uma legenda partidária que marcou época no cenário nacional e paranaense.

Trata-se, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais de uma opção política, que de uma opção partidária: é, na verdade, a renovação de um compromisso, a reafirmação de um ideal de há muito acalentado, o resgate, ainda que parcial, do meu próprio passado.

Trinta anos atrás, recém saído dos bancos universitários, mal concluído o curso de medicina, alistei-me entre os militantes da democracia cristã - no PDC - por entendê-la a única alternativa viável num mundo já então cindido entre dois blocos ideológicos rígidos e por igual desumanos: o bloco capitalista, que os Estados Unidos simbolizava, e o bloco comunista do qual ainda hoje a União Soviética é a expressão maior.

Teria permanecido democrata-cristão, até hoje, não houvesse sido decretada abusivamente, a extinção dos partidos, em 1966, substituindo-se o pluripartidarismo que praticávamos pela camisa-de-força do bipartidarismo.



Voltei a atividade política partidária em 1982, disputando o primeiro mandato legislativo pelo PMDB, que sucedera ao glorioso Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

Pude, então, participar ativamente de todas as tentativas pelo restabelecimento do Estado de Direito, pela volta do país à normalidade institucional, que culminaria com a histórica campanha das Diretas-Já, iniciada no Paraná, quando já tínhamos no Governo do Estado esta figura ímpar de homem público e de administrador - José Richa meu velho amigo e querido companheiro de movimento estudantil, também antigo integrante do Partido Democrático Cristão.

A crença nos postulados e valores que o PMDB defendia e sustentava induziu-me a acreditar que muito em breve poderíamos concretizar as transformações e as mudanças com as quais tanto acenávamos ao eleitorado.

A fatalidade que nos roubou, inesperadamente, o grande comandante da transição - o saudoso Tancredo Neves - trouxe ao Brasil e ao PMDB desastrosas consequências.

Dirigido por uma equipe administrativa, heterogênea, incoerente, dividida entre vários grupos e facções, descompromissada do ideário do PMDB, o País precipitou-se na crise que nos ameaça tragar a todos, verdadeira nau sem rumos, sem diretrizes, sem planos, sem programas, governada ao sabor dos acontecimentos momentâneos, sob a inspiração dos interesses personalísticos do ocupante do Palácio do Planalto.

Enquanto isso, o PMDB, que deveria ser a principal força de sustentação do Governo, debatia-se em meio às suas contradições internas.

O voto de confiança dos milhões de brasileiros que sufragaram os nomes de 22 dos candidatos do Partido aos 23 Governos Estaduais, em novembro de 1986, não foi entendido ou respeitado: o povo ao escolhê-los manifestava seu desejo de ver implantadas definitivamente as mudanças e as transformações prometidas, mas as transformações e as mudanças jamais vieram.

A lição das urnas de novembro último foi expressiva: o povo, preferindo outras legendas partidárias, nos disse, mais uma vez, que ainda quer as mudanças, mais que nunca as exige, deixando claro que a Nova República estagnou, já nasceu enferma e velha.

A opção do eleitorado foi muito clara: o povo quer o novo, e o novo significa outra mensagem política.

Do mesmo modo que rejeitara o autoritarismo, dois, quatro anos atrás, o povo repudiou, agora a passividade e o imobi-

lismo. Já não lhe servem os extremismos, as posturas sectárias, muito menos a incapacidade administrativa, o fisiologismo e a corrupção.

O povo demonstrou que deseja progresso e desenvolvimento, com liberdade e justiça social. E este é o propósito do Partido da Social Democracia Brasileira. Mais que nunca, no mundo inteiro, e não apenas entre nós, a Social Democracia parece ser o único caminho para consegui-lo.

Sensível às suas teses e postulados fundamentais, que guardam estreita sintonia com os meus ideais desde os bancos universitários, deixo o Partido ao qual servi, nesta Casa, durante quase 6 anos, para me abrigar na legenda da renovação política: o PSDB.

Reencontro, hoje, tantos amigos e velhos companheiros de jornadas democráticas - Richa, Scalco, Nelton, Deny, - juntando-me às lideranças maiores de Covas, Montoro, Fernando Henrique, Pimenta da Veiga e tantos - para somar a minha modesta contribuição na construção de um Brasil e de um Paraná mais justos, mais desenvolvidos, mais humanos.

Quero continuar fiel aos meus ideais de ontem e de sempre, servindo ao meu País e ao meu Estado doravante sob a inspiração progressista e renovadora da Social Democracia.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o horário destinado ao Pequeno Expediente, passamos ao horário destinado às Lideranças.

Esta Presidência anuncia o ofício assinado pelos Senhores Deputados Nereu Massignan, Haroldo Ferreira, Nelson Vasconcellos, José Rogério de Carvalho, Raul Lopes e Paulino Delazeri, que formam a nova Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira. Em homenagem a esta nova Bancada, esta Presidência, no horário das Lideranças, concede a palavra ao novo Partido, com assento nesta Casa, ao PSDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O Partido da Frente Liberal quer congratular-se com os Senhores Deputados Nereu Massignan, Raul Lopes, José Rogério Carvalho, Paulino Delazeri, Haroldo Ferreira e Nelson Vasconcellos pela formação, pela constituição da nova Bancada, o PSDB, aqui nesta Casa.

Já, anteriormente e recentemente nós nos manifestamos pela importância da for-

mação do Partido no Paraná, deste Partido, e a adesão de alguns Parlamentares, nós não sabíamos qual seria o seu número, a formar aqui a Bancada do PSDB. Agora constituída e anunciada oficialmente pelos seus ilustres integrantes, nós devemos apenas ratificar o que antes já havíamos dito, nesta tribuna, de que não poderia o Estado do Paraná, por força do resultado das últimas eleições, continuar com uma Bancada Governista por cerca de 2/3 da Casa em relação às bancadas minoritárias de Oposição. Mas, sem dúvida alguma, segundo as palavras do Deputado Nereu Massignan, este partido nasce de oposição a nível nacional e que também será de oposição no Estado do Paraná.

Nós também entendemos que não será uma Oposição sistemática, e Oposição por ocasião, que também é o nosso procedimento, e nós, sendo uma Bancada de Oposição, aqui nesta Casa, e também no Paraná, devemos manifestar aos ilustres Parlamentares que agora integram a nova Bancada, que nós temos a disposição de conversarmos, discutirmos e mantermos os mais estreitos contatos de relacionamento político, especialmente agora, que vamos iniciar uma fase da elaboração da futura Constituição.

Portanto, é um fato relevante este acontecimento que presenciamos hoje aqui, na Assembleia Legislativa, porque vai além das nossas divisas. Se o Partido do PSDB é melhor ou não para o Brasil, nós não sabemos, porque dá agora os seus primeiros passos em todos os Estados, e até mesmo os municípios já se preocupam com as eleições, no ano que vem, com a eleição do futuro Presidente da República. Mas, aqui, no Paraná, tenho certeza que já, de imediato a organização e formação desse Partido, e dessa Bancada, numerosa, que ela se equivale numericamente à nossa, que é de seis Deputados, tenho certeza que será da maior importância política para os nossos dias.

Espero e desejo que os Senhores Parlamentares, seis Parlamentares que integram agora o PSDB, possam nessa nova sigla, fazer aqui de seu Mandato a correspondência que esperam os seus eleitores que os mandaram para cá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria tornar público a essa querida Casa de Leis, o passamento, sábado último, dia 17, de um querido companheiro da Polícia Militar, que esta Casa em 5 de agosto de 1987, ano passado portanto, con-

cedeu o Título de Cidadania Honorária, ao Coronel Dagoberto Dulcídio Pereira.

Um homem ilustre, um paranaense maravilhoso, um homem que aqui nós saudamos e esta Casa prestou-lhe uma homenagem maravilhosa.

Morreu aos 98 anos de idade. Quando nós aqui o saudávamos, lembramos que a sua vida, a sua história confundia-se com a História da Polícia Militar; razão pela qual entrarei nesta Casa com um requerimento, e quero tornar público, Senhor Presidente, que dado a forma com que o companheiro faleceu, eu presente, me permiti representar esta egrégia Casa, em nome de todos estes queridos Parlamentares, tornei público o nosso saudoso abraço.

Muito obrigado, Senhor Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e agradece também a representação que, em nome desta Casa fez, e mandará registrar na Ata o voto de pesar, registrado por Vossa Excelência.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria, neste momento registrar a presença do Prefeito Municipal da Cidade de Castro, Doutor Fernando Ribas Taques, no Plenário e dos Vereadores de Umuarama, Mauro Vanderlei Spina e José Humberto Romagnoli.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e sente-se honrada com a presença de tão ilustres representantes da cidade de Castro e Umuarama.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista, sente-se, neste momento, também no dever de cumprimentar os companheiros Deputados, Nereu Massignan, Haroldo Ferreira, Raul Victor Lopes, Paulino Delazeri, Nelson Vasconcellos e José Rogério de Carvalho, pela iniciativa tomada nesta Casa de Leis, da criação aqui, da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira.

Nós queremos, portanto, cumprimentar os companheiros, desejar a eles sucesso



nesse novo Partido.

Sabemos que a criação de um Partido requer muito trabalho, muita dedicação e nós sabemos que estes companheiros já demonstraram esse trabalho e essa dedicação quando pertenciam ao Partido do PMDB. Parabéns a estes companheiros, votos de felicidades.

Mas, venho também à tribuna Senhor Presidente, Senhores Deputados, para dizer que hoje a Associação dos Professores do Estado do Paraná, está mais uma vez junto ao Governo do Estado do Paraná à procura de um diálogo, à procura de um entendimento no que diz respeito a melhorias salariais. Não queremos que desta feita se repitam os fatos profundamente lamentáveis que aconteceram aqui defronte esta Casa, quando o Governo autorizou a polícia a baixar o cacete em cima de professores e até mesmo deste Parlamentar.

É preciso que haja o diálogo, que haja o entendimento e é preciso que as reivindicações da classe dos professores, como de um modo geral, da classe dos servidores públicos do Estado sejam atendidas o mais depressa possível. Afinal de contas, as últimas eleições deram a maior demonstração, a par da evidência da capacidade de cada um daqueles que foram eleitos; mas, apesar disso, o descontentamento, a revolta da classe dos professores, pesou e pesou em muito no resultado da eleição do dia 15 de novembro.

Por isso, fazemos aqui desta tribuna o apelo para que o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria da Educação atendam as reivindicações da classe dos professores.

Ao mesmo tempo, venho também a esta tribuna mais uma vez, reivindicar com relação à Polícia Militar do Estado do Paraná, que hoje também o seu comando deve estar sentado à mesa com o Governo do Estado, na tentativa de achar um denominador comum para que haja um entendimento, para que também as reivindicações dessa importante categoria sejam atendidas o mais depressa possível, evitando até uma operação de parada por parte da Polícia Militar.

Venho também a esta tribuna, fazer mais uma vez, uma denúncia contra o Prefeito da cidade de Rio Branco do Sul, lamentavelmente nunca na história daquele Município, do qual eu tive a honra de nascer, lamentavelmente na sua história nunca se conheceu um Prefeito tão ruim, um Prefeito que na verdade não disse o porquê foi eleito naquele Município. Prefeito Áurio Gomes da Silva, que em toda a sua gestão acabou por provocar um atraso no progresso daquele Município.

Prefeito que comparecia às vezes, um ou dois dias por semana na Prefeitura, um prefeito que inchou aquela Prefeitura levando funcionários aqui de Curitiba, que

todos os dias viajavam cerca de 29 quilômetros, gastando combustível que era pago com o dinheiro do município de Rio Branco do Sul. E agora, os servidores daquele Município estão há 3 meses sem ver a cor de um salário, estão em situação precária, em situação difícil para poder enfrentar este final de ano e início do ano que vem.

O Prefeito Áureo Gomes da Silva, que é do PMDB, mas que na verdade nem o seu próprio Partido lhe aceitou, nem o seu próprio Partido lhe deu guarda durante estes últimos três anos. Hoje, o Município de Rio Branco do Sul, se tem ainda algum trabalho prestado politicamente, deve, e nós registramos isto com muito prazer, ao trabalho feito pelo Deputado Anibal Khury, ao trabalho feito pelo Deputado Erondy Silvério e nós modestamente, que temos dado a contribuição para que aquele Município possa realmente desenvolver-se com seu progresso, com suas indústrias, por isso venho a essa tribuna apelar à Bancada do PMDB, à Liderança do PMDB nesta Casa que leve ao Senhor Governador do Estado o apelo que faço em nome da população de Rio Branco do Sul, para que seja liberada o mais depressa possível uma verba no sentido de pelo menos amenizar a situação sofrível que enfrentam os funcionários da Prefeitura. E digo mais, recentemente denunciemos de que aquele Prefeito no final do mandato agora pretendia se desfazer até de maquinários daquela Prefeitura para pagar dívida de campanha quando apoiou um outro candidato que não era do seu partido também.

E agora numa atuação do juiz local todas as contas, todos os créditos da Prefeitura foram bloqueados na agência do Banco do Estado do Paraná, e sem saber disso ontem chegava àquele Município o advogado do prefeito querendo retirar o dinheiro que estava depositado em nome da Prefeitura na agência do Estado do Paraná. Não fosse a manifestação de lideranças políticas e da comunidade, certamente os cofres da prefeitura de Rio Branco do Sul, estariam a zero neste momento.

E mais ainda, Senhores Deputados, o crédito de ICM da prefeitura de Rio Branco do Sul está também todo bloqueado porque já haviam inclusive preocupações de empresas que sequer prestaram serviços naquele Município, mas que iriam abocanhar o dinheiro do ICM, abocanhar esse dinheiro sem prestar qualquer tipo de trabalho no Município de Rio Branco do Sul. A situação do Município é precária em função do desgoverno daquele Prefeito, do Senhor Áureo Gomes da Silva. Por isso venho aqui, faço um apelo mais uma vez à Liderança do PMDB nesta Casa que leve ao Governo do Estado esta reivindicação da comunidade, a situação sofrida pela qual passam os funcioná-

rios daquela Prefeitura há três meses sem ter o seu salário pago. É este o apelo que faço neste momento, e mais uma vez cumprimentando a Bancada do PSDB aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com isso pelo menos o lado de cá, o lado direito agora vai poder contrabalançar com o lado de lá.

Muito obrigado! Sucesso à Bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra no Horário das Lideranças, ao Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

Declina.

Concedo a palavra ao Líder do Partido Liberal.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezekias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O fato relevante há pouco destacado nesta Casa pelas palavras dos Deputados Nereu Massignan, Raul Lopes e Nelson Vasconcellos, e saudado também pelas lideranças do Partido da Frente Liberal, do Partido Democrático Trabalhista, vem nos estimular a nos associarmos ao regozijo por parte de Deputados e de cidadãos do povo que aqui se encontram nas galerias de honra para marcar a sua presença neste momento que é histórico para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o lançamento de um Partido Político que vem lutar por seus ideais, por sua doutrina, usando a tribuna desta Casa, atuando nas Comissões, desenvolvendo enfim uma tarefa representativa que o momento brasileiro exige, a fim de que possamos encontrar as soluções que a nossa sociedade necessita, para sairmos desta crise terrível a que chegamos quando são poucos os sinais, no final do túnel, que tragam garantia ao cidadão que o está percorrendo de que, brevemente, poderá usufruir do resultado do seu trabalho, da sua dedicação, não apenas a sua família, mas a própria coletividade.

Ficamos também bastante impressionados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com os resultados das últimas eleições. E vimos que realmente o povo deseja mudanças. É o momento de todos os partidos políticos, não apenas do PSDB, mas de todos os partidos políticos fazerem uma consideração muito profunda a respeito do que aconteceu nestas eleições.

Mesmo os partidos que foram vitoriosos, de forma retumbante, alcançando resultados magníficos em cidades de porte maior, de porte médio ou de pequeno porte.

As próximas eleições estão aí, e aqueles que estão exercendo o poder, se não corresponderem à confiança do povo, terão

o mesmo resultado colhido por partidos políticos que se imaginavam no poder por muitos anos.

Recordo-me que, desta mesma tribuna, houve quem falasse, e há tempos atrás, de que a mudança do PDS para outro partido político, garantiria outro partido político, pelo menos uns vinte anos de permanência no poder. E observamos que isto não é verdadeiro, no momento.

Por isto, a reflexão da classe política deve-se fazer de forma madura, de forma muito consciente: até com o surgimento de um novo partido nesta Casa. É uma grande motivação.

Enfim, todos os que estão nesta Casa de Leis pretendem o melhor para o Paraná, e à medida que nós reativarmos os nossos propósitos, unindo forças, somando a esta força notável do PSDB também, seis eminentes Deputados, lutadores, compõem esta Bancada.

Assim, unidos, indiscutivelmente, venceremos as crises e as dificuldades que se apresentam.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sras. Deputadas, demais presentes a esta primeira sessão nesta semana, sessão esta de suma importância, pois, além da Ordem do Dia, que estamos votando matéria, que vai atingir todos os paranaenses, estamos hoje registrando para as páginas políticas do Paraná, uma nova página, uma página nova na geografia paranaense, onde nós registramos nesta Casa a presença de mais uma bancada partidária neste Parlamento paranaense.

De imediato, com muita satisfação, gostaríamos de desejar boas vindas à Bancada do PSDB neste Parlamento, pois o Partido dos Trabalhadores, junto com outros partidos minoritários, sentiu nesses dois anos a falta de um agrupamento maior e a falta de um número maior de Parlamentares descomprometidos com o Palácio, com os exploradores, e comprometidos com os interesses da maioria do povo do Paraná e muitas e muitas vezes nós percebemos esta falta, porque tínhamos aqui uma bancada majoritária, a "Bancada do Amém", aquela que, o que o líder dizia, trinta e seis batiam palmas.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que de agora em diante, tenhamos, com alegria, uma bancada, uma bancada múltipla que possa analisar tudo o que aqui acontece, que possa propor aqui nesta Casa tudo

o que acontece no Paraná de alma limpa e sem comprometimento com o Executivo, com os grupos econômicos e aqui nesta tribuna se possa avaliar tudo o que acontece no Paraná, de corpo e alma limpos, para que os paranaenses batam no peito e digam com muito orgulho que o Parlamento os representa com pureza e dignidade.

Digo ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e aos demais que aqui estão, que nós vivemos um momento da maior crise política do Brasil, um momento da maior falta de credibilidade da classe política. E o surgimento aqui neste Parlamento de um Partido novo, um Partido que já existe no Brasil, que já existe no Paraná e que agora já existe aqui na Assembleia Legislativa.

É necessário, porque é necessário que se supere a crise, a crise das organizações políticas que o povo possa confiar de olhos fechados. O povo brasileiro mostrou nas últimas eleições que não votou e não vai mais acreditar em partido que diz uma coisa quando está em palanques e pratica outra quando está no poder, que promete uma coisa na hora da campanha eleitoral, na hora que está na Oposição e pratica outra quando está no Poder e na situação.

O que está faltando no Brasil são agremiações políticas autênticas, que a mesma coisa que fala em palanque, que a mesma coisa que se propõe quando se está na oposição é a mesma coisa que se pratica quando se está no Poder ou quando se está na Situação.

É isto que está faltando, são esses os partidos que estão faltando no Brasil. E é com este espírito que eu saúdo e espero que o novo Partido, o Partido do PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira, conhecido mais popularmente como "Partido Tucano", não seja um Partido como foi o PMDB, que procurou fazer aliança entre Deus e o Diabo, que procurou colocar no mesmo galinheiro raposa e galinha e depois quando chegou no Poder, não foi capaz de administrar, não foi capaz de estabelecer as mudanças que a sociedade esperava do velho MDB, do velho PMDB.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Partido da Social Democracia Brasileira mostre e prove à sociedade brasileira, não só no discurso, mas também na prática, qual é o seu objetivo, por que veio, porque daí, se a sociedade brasileira concordar que é um partido necessário, vai acontecer igual ao Partido dos Trabalhadores, o povo vai colocá-lo no poder, como aconteceu com o nosso partido na última eleição, que não esperávamos ganhar a Prefeitura de São Paulo, nós duvidávamos que ganhávamos Porto Alegre, achávamos que era difícil ganhar a cidade de Santos, a cidade de Campinas, a cidade de Vitória,

mas o povo brasileiro disse para todo o Brasil que a hora era de mudança, e mudança radical, era colocar a proposta do Partido dos Trabalhadores no poder nas prefeituras importantes deste País.

Espero que o exemplo do Partido dos Trabalhadores na vida política deste País sirva de escola para os Partidos novos que surgem aí. A sociedade brasileira precisa de partidos autênticos, partidos que falem uma coisa hoje e amanhã falem a mesma coisa, que falem hoje na Oposição e amanhã, na Situação, têm que falar e praticar a mesma coisa; isso é que está faltando ao Brasil.

Chega de Partidos fisiológicos, partidos que são aglomerados de oportunistas para buscar benefícios pessoais ou benefícios para os "lobbies" econômicos, desses Partidos o Brasil já tem demais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Parlamento registra com satisfação, com alegria, uma nova Bancada, um novo Partido que cresce aqui no Estado do Paraná, espero que não seja mais um, esperamos sim que não seja um Partido que se assemelha ao seu símbolo, o "Tucano". O tucano, - eu que sou da roça e conheço bem - é um pássaro que depreda, que come os ovos, que come os filhotes dos pássaros úteis, do joão-de-barro, da pomba...

Um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

Esperamos que este Partido não seja igual ao seu símbolo, o seu pássaro, que é um pássaro lindo, esperamos que seja um pássaro que venha reverter a ordem e que venha destruir o ninho dos exploradores, dos dominadores e da classe dominante que sempre viveu sem trabalhar, à custa da maioria das classes trabalhadoras.

Esse ninho precisa ser destruído com competência, com ação prática, com coragem, com ânimo e sem muita pretensão.

Esta é a lição que a vida prática e que o momento político exigem.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, queria em primeiro lugar, anunciar a presença entre nós, do ex-Deputado Deni Lineu Schwartz, do Prefeito de Barracão, Antônio Leonel Poloni; do prefeito de Salgado Filho, Sperandio Angelo Deconto; do companheiro de Francisco Beltrão, Célio Bonetti; e gostaria, Sr. Presidente, rapidamente, numa alusão ao pronunciamento do nosso companheiro e

amigo Deputado Pedro Tonelli, na verdade o símbolo Social Democracia não vem para dividir ele vem para realmente fazer no Paraná e no nosso País o fortalecimento e o equilíbrio da nossa sociedade, assim como o tucano que nada mais é do que o equilíbrio da nossa natureza. E se o Deputado Pedro Tonelli acha que esta participação do tucano na fauna brasileira é predatória, na verdade é porque ele não acredita no equilíbrio ecológico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa registra com satisfação a presença do ex-Deputado e ex-Ministro Deni Schwartz, bem como dos Senhores Prefeitos já anunciados pelo Deputado Haroldo.

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, ao mesmo tempo, Senhor Presidente, que em nome da Bancada do PMDB nesta Casa de Leis, saúdo o surgimento de uma nova Bancada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eu gostaria de destacar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a atuação correta, eficiente, honesta, sincera e competente dos Senhores Deputados Haroldo Ferreira, Nereu Massignan, Nelson Vasconcellos, o José Rogério e o Paulino Delazeri, durante esses dois anos em que trabalhamos nesta Assembléia.

Passamos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, momentos memoráveis. Votamos matérias importantíssimas e sempre tivemos discussões e votações o trabalho correto desses Parlamentares. Parlamentares que votam, Senhor Presidente, de acordo com a sua consciência. Votam porque são honestos, competentes e capazes para estudar as matérias e formarem a sua convicção. Não votam, Senhor Presidente, porque um Líder se levanta e pede que os demais Deputados assim o façam. Assim não agem também os companheiros que compõem a nossa Bancada, a Bancada do PMDB.

O Deputado Pedro Tonelli, com telhado de vidro, atira pedras no telhado alheio. Esquece, com certeza, a atuação do seu Partido em Fortaleza, em Diadema, e em outros Municípios. Mas o nosso Partido, Senhor Presidente, continua firme. A nossa Bancada na Assembléia Legislativa do Paraná continua coesa. Perdemos excelentes companheiros na Bancada, mas continuamos com Deputados eficientes e corretos a compô-la.

Eu tenho certeza, Senhor Presidente, que junto com a minha Bancada esses seis Parlamentares votarão daqui para a frente em todas as matérias importantes que tivermos de discutir e votar nesta Casa, matérias de interesse do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, ao saudarmos esses companheiros, manifestamos aqui a certeza de que continuaremos a contar com esses Parlamentares em matérias importantes em matérias de interesse do Paraná porque confiamos nestes Parlamentares. Acreditamos nestes companheiros, Deputados capazes, Deputados eficientes.

Portanto, Senhor Presidente, a nossa saudação a esses companheiros, a minha saudação pessoal e a saudação da Bancada do PMDB.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Preliminarmente, eu agradeço as palavras do nosso querido Líder do PMDB, Deputado Artagão, e quero nesta oportunidade também, como representante classista, o que muito me honra da Polícia Militar, não tendo prefeito para eu aqui apresentar, quero apresentar também nesta Casa de Leis, neste Plenário, a presença do Coronel Sérgio Itamar Alves, companheiro da Polícia Militar e que nos honra com a sua presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Nelson Vasconcellos e demais Senhores Deputados, comunicando a formação da Bancada do PSDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 331/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 124/88), que objetiva instituir a CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, com base no inciso III, do artigo 143, da Constituição Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por melhoria, e C.F., com EMENDAS, por unanimidade. Com Emenda de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 2 (duas) de autoria dos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Orlando Pessuti, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 331/88

Incluem-se os seguintes parágrafos ao art. 4º:

§ 2º - O tributo objeto desta Lei, nunca será superior ao valor da indenização devida ao possuidor do imóvel afetado.

§ 3º - A Contribuição somente incidirá sobre imóvel que faça testada com o benefício correspondente.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) EDUARDO BAGGIO.

Apoio: João Arruda, Acyr Mezzadri, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulo Furiatti, Djalma de Almeida César, Nereu Carlos Massignan, Homero Oguido, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Cândido Bastos, Hermas Brandão, Anibal Khury, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Edmar Luiz Costa, Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

Como bem ressalta o Secretário de Estado das Finanças, em suas razões, para instituição da contribuição de melhoria em nosso Estado; nós também entendemos que é tributo dos mais justos. Analisando tal afirmação está a opinião de eminentes juristas, tais como Aliomar Baleeiro e Bernardo Ribeiro de Moraes, citados nas razões mencionadas.

Entretanto, ao nosso ver, é tributo justo, pois a construção de obra pública traz a valorização da propriedade do cidadão com verdadeiro enriquecimento sem causa, mas desde que aplicado o princípio da justiça sinalagmática, ou seja, de igualar os desiguais na exata proporção em que se desigualam.

E a nossa intenção, com este projeto, não é outra senão a de beneficiar o proprietário rural, que efetue a doação da faixa de domínio afetado pela construção da obra pública. Evita-se com isto, que os Estados gastem enormes somas em indenizações infundáveis, e que beneficia a uns poucos proprietários.

Nossa emenda, em seu inciso 3º, faz verdadeira justiça sinalagmática, quando prevê a incidência da contribuição somente sobre o imóvel diretamente beneficiado, ou seja, somente sobre aquele que faz testada com a obra realizada.

Em nosso entender, trata-se de emenda de grande alcance social e que muitos benefícios trará.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. ... - Acresce Parágrafo ao Art. 4º do Projeto de Lei nº 331/88.

§ ... - O contribuinte estará isento da contribuição de melhoria quando se tratar de obra pública relacionada com saneamento básico, educação, saúde e segurança

pública.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Lauro Lobo Alcantara, David Cheriegate, Hermas Brandão.

Em discussão:

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para discutir)  
Senhor Presidente, consulto a Vossa Excelência sobre o Projeto, se existem emendas?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Há várias emendas que serão lidas pelo 1º Secretário se Vossa Excelência assim o desejar antes do seu pronunciamento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não, eu dispense a leitura e solicito apenas que me sejam encaminhadas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O presente Projeto de Lei faz parte ... que é resultado da Mensagem n. 124, que institui o novo tributo a nível de Estado, da contribuição de melhoria, vem nesta oportunidade em 2ª discussão na Casa ora em momento regimental para, além da discussão, se fazer a apresentação de emendas.

Eu quero fazer algumas referências e alguma alusão a esta Mensagem, a este Projeto. A contribuição de melhoria é tradicional nos municípios brasileiros, onde especialmente na cobrança de pavimentação asfáltica, na cobrança da calçada passeio, das guias dos meios fios e em alguns casos nas canalizações de água pluviais de combate à erosão não muito frequentes, e também nas redes, nos serviços de abastecimento de água quanto e de saneamento dos serviços de esgoto, do Município.

Mas o Estado, que eu me lembre, em tempo algum cobrou contribuição de melhoria, isto porque, este novo tributo, repetindo, faz parte do elenco da Reforma Tributária inserida na nova Constituição Federal.

Se é coisa nova, é preciso que sobre essa coisa se reflita, se estude alguns pontos principais. O fato gerador é obra. O seu fato gerador, diz o art. 2º, "a contribuição da melhoria tem como fato gerador a realização de obras públicas e que decorra benefício a bens imobiliários". Depois em seu parágrafo único do mesmo artigo diz que "a contribuição de melhoria será cobrada para fazer face ao custo de obras públicas e terá como limite de sua cobrança, o custo da obra que poderá ter a sua expressão monetária atualizada à época do lançamento. Houve inicialmente uma preocupação deste Deputado se a contribuição alcançava algumas recentemente inaugu-

radas ou entregues aos usuários, mas também li depois que, por preceito constitucional, esta contribuição só incide em novas obras a partir da sua instituição, da instituição da lei. Portanto, esta preocupação pelo menos não existe mais, não se pode atribuir essa nova contribuição às obras já realizadas o que é muito importante.

Agora, a grande pergunta, é como é que o Estado vai cobrar esse novo tributo, por exemplo, na rodovia, que é o fato mais marcante, onde o investimento é maior? Nós sabemos que no perímetro urbano, essa contribuição é lançada nos "imóveis lindeiros", aqueles imóveis que têm a sua frente pavimentada. E as rodovias? Pelo Projeto não, porque no seu Artigo 4º diz:

"Para fixação da contribuição devida, adotar-se-á como critério, o benefício resultante da obra em sua expressão monetária, calculada através de rateio proporcional de seu custo total ou parcial, em relação às respectivas áreas de influência delimitadas em edital"...

Depois disso, no Artigo 5º que o edital é que deve constar:

- a - delimitação da área beneficiada,
- b - memorial descritivo,
- c - orçamento total ou parcial do custo a obra,
- d - determinação da parcela do custo," e etc.

Diz logo no seu parágrafo primeiro:

"O edital fixará prazo de trinta dias para sua impugnação pelos interessados e qualquer dos elementos referidos neste Artigo".

Ora, a idéia que se tem é de que uma rodovia vai beneficiar não só os imóveis alcançados por ela, na sua frente, os "imóveis lindeiros", que a lei se refere, como também imóveis a alguma distância dessa rodovia. Mas qual o critério a ser estabelecido? Que área será essa? Quais os imóveis que foram valorizados ou não valorizados?

Há também a preocupação de uma rodovia passar sobre um imóvel muito pequeno de 1, 2 e até 5 hectares e essa rodovia atingir residências, pomares, benfeitorias e que ao invés de beneficiar e valorizar o imóvel, praticamente o elimina, economicamente é um desastre. Parece-me que a lei não prevê.

Mas, o critério é tão discutível que a Mensagem do Senhor Governador faz menção ao que diz Aliomar Balleiro "A contribuição de melhoria oferece matiz próprio e específico: ela não é contraprestação de enriquecimento ganho por um proprietário em virtude de obra pública concreta no local da situação do prédio. Daí a justificação doutrinária do tributo pelo princípio do enriquecimento sem causa, peculiar

ao Direito Privado. Se o Poder Público, embora agindo no interesse da coletividade, emprega vultosos fundos desta em obras restritas a certo local, melhorando-o tanto que se observa elevação do valor dos imóveis aí situados, com exclusão de outras causas decorrentes da diligência do proprietário"...

"Impõe-se que este, por elementar princípio de justiça e moralidade restitua parte do benefício originado do dinheiro alheio"...

Depois, Bernardo Ribeiro de Moraes, diz que: "A obra pública traz o enriquecimento de alguns à custa dos demais cidadãos".

E ainda têm outras considerações de tributaristas e de professores de Direito Administrativo sobre a cobrança; mas basicamente ela fala da valorização do imóvel de terceiros com recursos do Poder Público e que estes recursos devem ser ressarcidos.

Acho que não podemos votar da forma em que está posto, e quero fazer a leitura das duas emendas sobre o Projeto. Uma delas subscritas por vários Deputados, mas que traz como primeira assinatura a do deputado Eduardo Baggio, que diz o seguinte: inclua-se os seguintes parágrafos no Art. 4º, Parágrafo 2º - O tributo, objeto desta Lei nunca será superior ao valor da indenização devida ao possuidor de imóvel afetado; e Parágrafo 3º - Somente incidirá sobre imóvel que faça testada com benefício correspondente.

Quero me manifestar favorável ao Projeto, à Emenda de iniciativa do Deputado Baggio e que dezenas de parlamentares assinaram. Ela quer ... em síntese diz o seguinte: não se pode cobrar contribuição de melhoria de imóveis, no caso das rodovias, só pode incidir sobre testadas. Imóvel que não for diretamente alcançado pela rodovia, não haverá a incidência deste tributo. Acho bom! para evitar aquele critério: qual a área a ser abrangida e que sobre ela possa incidir esse tributo, a contribuição de melhoria. É muito difícil fazer essa avaliação, bem porque o projeto não esclarece. E, também, no seu parágrafo segundo diz que o tributo, objeto desta Lei nunca será superior ao valor da indenização devida ao possuidor do imóvel; também muito objetiva a propositura do Deputado Baggio porque não vai acontecer de o imóvel ser alcançado pela rodovia e a sua indenização, indenização pela área de terras perdida pelo proprietário, ser inferior ao valor que ele deve pagar do serviço pela obra realizada.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobre a Emenda do Deputado Baggio, que também subscrevi, quero me manifestar - e também em nome da nossa Banca-



da, dizendo que votaremos favoravelmente à proposta a Emenda do Deputado Baggio. Sobre a Emenda também subscrita por vários Parlamentares, inicialmente assinada pelo Deputado Orlando Pessuti que acresce ao Art. 4º o parágrafo que diz: O contribuinte estará isento da contribuição de melhoria quando se tratar de obra pública realizada com saneamento básico, educação, saúde e segurança pública. A Emenda, vejo que há uma distinção clara entre as duas emendas; na do Deputado Baggio vejo que há uma preocupação restrita às Rodovias enquanto que estas do Deputado Orlando Pessuti e de tantos outros Parlamentares que subscrevem a Emenda, preocupou-se mais com outros serviços mais na área urbana, posso dizer até com maior abrangência, pelo menos a abrangência de um número de imóveis e de contribuintes, também é de um grande avanço social.

Portanto, também nos manifestamos favoravelmente à proposta que faz através da Emenda do Deputado Orlando Pessuti.

São essas as minhas rápidas considerações, Senhor Presidente, e acho (e não acho) está evidente, que sobre o presente Projeto deve esta Casa discutir com a devida seriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia a presença dos Senadores Mário Covas, José Richa, e Suplente Senador Sílvio Name, suspende a sessão por 15 minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentar os nossos ilustres visitantes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu só solicitaria que Vossa Excelência nos dissesse se estamos em regime de votação ou não.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Estamos em regime de Discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O Deputado Basílio Zanusso usou a palavra para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não, para discutir.

(A sessão é suspensa por 15 minutos)  
Está reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em Discussão o Projeto n. 331/88.  
Encerrada a Discussão. Em votação o projeto ressalvadas as Emendas. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela ordem) Presidente, Vossa Excelência tem votado o Projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Só o Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Só para Vossa Excelência deixar consignado na Ata que a Bancada do PFL vota contrariamente ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será anotado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Questão de ordem) Senhor Presidente, para anotar também que a representação do PL, vota contra.

O SR. PEDRO TONELLI - Da mesma forma que a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Peço que registre em Ata o meu voto contrário ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente. Em votação a Emenda do Deputado Cândido Bastos, da Comissão de Finanças.

(Lê a referida Emenda).  
Em votação. Aprovada.  
Emenda Comissão de Finanças.  
(Lê a referida Emenda).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar) Esta emenda, Sr. Presidente, é da maior importância, porque se refere à forma de pagamento da contribuição da melhoria.

Veja bem Vossa Excelência, que as obras realizadas pelo Estado são praticamente, na sua totalidade, em virtude de empréstimos externos, dólares ou principalmente através da Caixa Econômica Federal, cujos prazos variam de 6 a 20 anos. Como pode exigir-se pagamento imediato, após a entrega da obra, do contribuinte, se o Governo do Estado vai pagar aquela obra, cujo financiamento decorre de prazos de 6, 10, 15 ou 20 anos?

A emenda não chega a falar em prazos tão longos, mas é de uma lembrança necessária, que também merece o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda. APROVADA.

(Lê): Emenda de Plenário do Deputado Orlando Pessuti.

Em discussão e em votação. APROVADA.  
(Lê): Emenda de Plenário do Deputado Eduardo Baggio.

Em discussão e em votação. APROVADA.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 332/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 125/88), que dispõe sobre o

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" e DOAÇÃO de quaisquer bens ou direitos-ITCD. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade, e C.F., com EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 05 (cinco), de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 332/88  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
N° 01

Transformar o § 1°, do Art. 2°, em artigo, com a seguinte redação:

"Art... - O imposto não incidirá na renúncia à herança ou legado, desde que praticada antes de qualquer ato no processo de inventário ou arrolamento que implique em aceitação da herança."

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Erondy Silvério e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

No que diz respeito à alíquota de 04% (quatro por cento), tendo em vista que o imposto alcançará doravante também os bens móveis, ações e valores, merece reconsideração de cunho econômico, para adequar a níveis inferiores - salvo consenso dos demais Estados na fixação dos 04%.

PROJETO DE LEI N° 332/88  
EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO  
N° 02

Suprima-se o "caput" do Art. 2° e os incisos I a XI.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta para o Art. 2°, confundirá o entendimento de tabelionatos, cartórios de imóveis e partes interessadas. Ao exemplificar "modalidades de transmissões sobre as quais assenta o imposto", o anteprojeto copia texto constante da Lei n° 5464/66 (estadual) que dispunha tanto para atos intervivos onerosos, quanto para doações, etc... o que não é o caso agora.

Ademais, a disposição de vários incisos do art. 2°, notadamente I e II, traduzem clara invasão de competência tributária municipal (intervivos por ato oneroso, constituição federal art. 156, II).

Impropriedades flagrantes de uso de vocábulos jurídicos fazem completar o quadro de indesejabilidade do referido art. 2° e todos os seus incisos.

PROJETO DE LEI N° 332/88  
EMENDA DE PLENÁRIO  
N° 03

O Art. 12 do Projeto de Lei n° 332/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 - A alíquota do imposto é de 3% para qualquer das modalidades de transmissão previstas na presente lei.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Raul Lopes, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A redução proposta de 1%, justifica-se plenamente tendo em vista que a alíquota prevista no anteprojeto do Executivo é por demais elevada.

PROJETO DE LEI N° 332/88  
EMENDA DE PLENÁRIO  
N° 04

O Art. 2° do Projeto de Lei n° 332/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O imposto não incidirá na renúncia à herança ou legado, desde que praticada antes de qualquer ato no processo de inventário ou arrolamento que implique em aceitação da herança.

Sala das Sessões em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Raul Lopes, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Segundo análise de especialistas integrantes do Conselho Paranaense de Livre Iniciativa, a redação do Art. 2° do anteprojeto de lei encaminhado a esta Casa por mensagem governamental excede-se em minudências ao descrever os fatos geradores do imposto que se pretende instituir, introduzindo matéria de competência do imposto municipal inter-vivos, além do que produzirá confusão quanto ao entendimento por parte de tabelionatos, cartórios de imóveis e partes interessadas. Segundo a análise daquele Conselho "ao exemplificar modalidades de transmissões sobre as quais assenta o imposto", o anteprojeto copia texto constante da Lei n° 5464/66 (estadual) que dispunha tanto para atos intervivos onerosos quanto para doações, etc., o que não é o caso agora.

Ademais, a disposição de vários incisos do Art. 2°, notadamente I e II, traduzem clara invasão de competência tributária municipal (inter vivos por ato oneroso, Const. Fed. Art. 156, II).

Impropriedades flagrantes de uso de vocábulos jurídicos fazem completar o quadro de indesejabilidade do referido Art. 2° e todos os seus incisos.

"Incorporação" é um vocábulo jurídico

usado na caracterização do ato de transferir um bem para o patrimônio de empresa, para o fim de formar seu capital ou aumentar o mesmo. É um ato inter vivos considerado oneroso, pois é "pago" pela empresa com a entrega de quotas do capital ou ações para a pessoa que transferiu o bem.

O mesmo acontece com a redação proposta para o inciso II. Simplesmente mencionar-se "transferência", é o mesmo que sugerir-se que na retirada do sócio, ao receber da empresa o valor das quotas, em bens, teria que sujeitar-se ao imposto estadual. (Quando se trata de imóveis, a hipótese é do campo do imposto municipal e, mesmo assim, caso de não-incidência, Art. 156, II e § 2º da Const. Fed. de 1988). Ora, diante dessa "não-incidência" do imposto municipal, surge mais uma razão para não se concordar com a redação do anteprojeto, que sugere a incidência do imposto estadual (à falta do municipal).

Já o inciso V manda cobrar o imposto no caso de extinção de condomínio, quando alguém receba parte de maior valor que as dos demais condôminos. Não se conhece, na prática, parte recebida em extinção de condomínio a título gratuito. O beneficiado, paga a diferença aos demais. Quando se trata de bem móvel, a fiscalização será impossível ou altamente onerosa, não compensatória.

Daí a proposta de supressão de todo o Art. 2º tanto do "caput" como de seus incisos I e XI.

Já com relação ao § 1º do Art. 2º, entende aquele Conselho ser preciso reger com maior elasticidade o prazo para a "renúncia à herança". Quem renuncia, abre mão de seu direito em favor do espólio (monte). É comum que inventários sejam abertos meses - até anos - após o falecimento, principalmente no caso de heranças de valores menores, ou de herdeiros pouco versados e que precisam de um apoio da lei. Oportuno será, pois, determinar que o prazo para renúncia à herança se coadуне com a prática da primeira intervenção do herdeiro renunciante, no processo do inventário. Se nessa intervenção for apresentada a renúncia, o imposto deixará de incidir sobre o ato da renúncia (que não se confunde com a cessão ou transferência de direitos hereditários).

Por isso a presente proposta de emenda do Art. 2º eliminando-se a redação dada pelo anteprojeto ao Art. 2º e configurando melhor as disposições sobre renúncia à herança ou legado, erigindo-as em artigo.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 5

Art. 9º - O Pagamento do imposto, nas transmissões por ato entre vivos, circunscrito ao disposto no Art. 1º desta Lei, realizar-se-á:

I - nas transmissões por escritura pública, ou procuração em causa própria, antes de lavrado o respectivo instrumento;

II - nas transmissões por instrumento particular, mediante a apresentação deste à repartição fiscal, dentro de 30 dias;

III - nas aquisições por escrituras ou instrumento particular lavrados fora do Estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, dentro de 60 dias do ato ou contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Secretaria da Fazenda para cálculo do imposto devido;

IV - nas aquisições de terras devolutas, ou direito a elas relativos, 60 dias após assinado o respectivo título que será apresentado a Secretaria da Fazenda para cálculo do imposto;

V - na incorporação de bens ao patrimônio de empresa, até 30 dias da celebração do ato ou contrato;

VI - nas transmissões não documentadas, no momento da tradição.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Raul Lopes, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso, Ezequias Losso.

#### JUSTIFICATIVA:

A redação proposta anuncia os casos de transmissões por ato entre vivos, o que poderia confundir-se com transmissões atinentes e fatos geradores do imposto que passa para a competência municipal (imposto "inter vivos")

Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem): Para registrar meu voto contrário, nos termos em que o Projeto foi colocado, Sr. Presidente. E também, a pedido do nobre Líder do PFL, que se registre o voto da Bancada do PFL, e também do PDS, contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê) - Emenda da Comissão de Finanças ao Artigo 1º.

Os Srs. Deputados que aprovam, permanecem como estão. Aprovada.

(Lê): Emenda do Deputado Cândido Bastos.

Em votação. Aprovada.

(Lê): Emenda de Plenário do Deputado Anibal Khury.

Em votação. Aprovada.

(Lê): Emenda do Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada.

Em discussão. Em votação. Aprovada.

(Lê): Emenda de Plenário do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Em votação. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO: Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual o resul-

tado que Vossa Excelência proclamou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO: Então, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Vai-se proceder à verificação de votação da Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 9 dos Senhores Deputados aprovam a Emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.. 23 dos Srs. Deputados rejeitam-na.

Rejeitada a Emenda.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira: O Imposto não incidirá na renúncia à herança ou legado, desde que praticada antes de qualquer ato no processo.

Essa Emenda a Mesa considera prejudicada, em virtude da aprovação de outra Emenda, neste sentido.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira: o pagamento do imposto nas transmissões por atos inter vivos... (Lê a Emenda).

Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

9 Srs. Deputados a aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados rejeitam-na.

Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 333/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 126/88), que objetiva instituir o Adicional do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - AIR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, por maioria, e CF, com EMENDA, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 03 (três), de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Erondy Silvério e Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 333/88

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01

Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 2º.

Art. 2º - ...

Parágrafo Único - O adicional não incide sobre o imposto federal devido sobre rendimentos do trabalho.

Sala das Sessões em 20.12.88.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Cândido Bastos, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

É pressuposto constitucional (Art. 155, II) que esse novo imposto destinado a robustecer a receita dos Estados, incida sobre:

a) ganhos

b) lucros

c) rendimentos de capital

Está bem claro que o adicional não pode ser cobrado sobre outras "rendas ou proventos", mormente sobre a remuneração do trabalho assalariado, autônomo ou "pró-labore", importa, primeiramente em impropriedade técnica ao adotar expressão latina não aceita em contabilidade.

Em segundo lugar, qualquer forma de trabalho - e podem existir outras mais que as três mencionadas no anteprojeto - está fora do alcance da tributação estadual, ainda que onerada pelo Imposto de Renda (caso do IR Fonte sobre salários ou honorários que não autoriza a cobrança adicional).

PROJETO DE LEI Nº 333/88

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Nº 02

Inclua-se onde couber:

"Art.... - Não caberá de espécie alguma aos Servidores da Coordenadoria da Receita do Estado, sobre os atos fiscalizatórios vinculados à arrecadação do Imposto de Renda instituída nesta lei."

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: João Arruda, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, uma ilegível.

PROJETO DE LEI Nº 333/88

EMENDA DE PLENÁRIO

Nº 03

O Parágrafo Único do Art. 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - ...

Parágrafo Único - O adicional não incide sobre o imposto federal devido sobre rendimentos do trabalho.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento: Raul Lopes, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O adicional que ora se pretende instituir incide sobre o Imposto de Renda, federal, sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital e não sobre os fatos geradores, o que pode subentender-se mantida a redação proposta para o parágrafo único. Conforme judiciosa observação do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, no estudo que fez da matéria, o texto como proposto no anteprojeto contém impropriedades, uma

de caráter técnico quando adota expressão latina, não aceita em contabilidade, e outra ao limitar a isenção do adicional a rendimentos de trabalho assalariado, autônomo ou sobre "pró-labore", quando podem existir outras formas de trabalho remunerado além das três citadas, além do fato de que escapam da incidência do adicional o Imposto de Renda retido na fonte sobre salários ou honorários.

Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, não tenho conhecimento se sobre este Projeto tenha sido apresentada alguma Emenda, mas me parece que a única coisa que a nós competiria fazer, se assim quisesse a Assembléia, seria mudar o percentual, em vez de 5% reduzir para 4, para 3, porque a prescrição Federal diz que esse imposto adicional ao Imposto de Renda pode ser de uma alíquota de até 5%. E a Mensagem do Sr. Governador estabelece o teto de 5%. O fato gerador já é sabido dos Srs. Deputados, é o Adicional que consta do Art. 2º, o Adicional tem como fato gerador o Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza que forem pagos à União, incidentes sobre lucros, ganhos, rendimentos, capital e tais como. Quer dizer, o Estado vai receber o Imposto previsto nesta Lei, o que for pago à União. Quer dizer, é entendimento deste Deputado que o lançamento será automático e vai decorrer, sem dúvida alguma, de convênio posterior e oportuno que fará o Governo do Estado com a Receita Federal, e também porque diz a Lei, o Projeto de Lei, que o tributo será recolhido no mesmo prazo, na mesma oportunidade que for recolhido pela Receita Federal.

Portanto, não há muito que discutir sobre este Imposto que faz também parte do elenco de novos tributos da Reforma inserida na Nova Constituição, e nós Deputados de Oposição, deixamos de apresentar esta Emenda que reduziria a alíquota, sabendo, previamente do destino dela que seria o da rejeição. E ademais, quer parecer-me que fica restrito o dispositivo Constitucional maior e posteriormente à sua regulamentação em função do convênio com a Receita Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto sem prejuízo de votação das emendas. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Quero registrar o voto contrário da representação do PL, do PFL, do PDS, do PDT, e do PT; com a exclusão do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Projeto com as ressalvas apresentadas pelas Bancadas.

Comissão de Finanças.

Emenda modificativa ao Projeto de Lei, suprime-se o Parágrafo Único do artigo 9º, para que ele com a mesma redação passe a vigor com Parágrafo Único do artigo 3º. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Essa emenda é de autoria da Comissão de Finanças?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Anibal Khury, emenda de Plenário: O adicional não incide sobre o Imposto Federal devido sobre rendimentos do trabalho. Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Não caberá a remuneração de espécie alguma aos Servidores da Coordenadoria da Receita do Estado sobre os atos fiscalizatórios vinculados à arrecadação de Imposto de Renda, instituída nesta Lei, Deputado Erondy Silvério. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira, considerada prejudicada porque votou-se no início a emenda do Deputado Anibal Khury pelo mesmo sentido. Aprovado o Projeto e as Emendas.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 334/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 127/88) que dispõe sobre a cobrança da TAXA JUDICIÁRIA, a que se refere o Decreto nº 962, de 23.04.32. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, por maioria, e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o projeto não há emendas. Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Vossa Excelência diz que a esse projeto não há emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há emendas.

Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. Aprovado em 1ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 335/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 128/88), que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA, instituídos pela Lei nº 8216, de 31.12.85, mantido pelo artigo 155, inciso I, letra C da

Constituição Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, por maioria e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 10 (dez), de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 335/88  
EMENDA DE PLENÁRIO  
N° 01

O § 1° do Art. 3° do Projeto de Lei n° 335/88 passa a ter a seguinte redação:

§ 1° - No caso de veículo novo, o preço constante do documento fiscal de aquisição, incluído o valor dos opcionais e acessórios e excluído o valor dos impostos - IPI e ICMS.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Raul Lopes, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior, Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

O preço constante no documento fiscal de aquisição inclui o valor dos Impostos sobre Produtos Industrializados (Federal) e sobre Circulação de Mercadorias (Estadual). A incidência do IPVA sobre o preço total do documento fiscal de aquisição, que engloba o valor desses tributos, configura a bitributação, vale dizer, o adquirente da mercadoria, no caso veículo, pagará imposto sobre imposto. Daí a necessidade de constar expressa a exclusão proposta.

A emenda suprime a referência a preço nunca inferior ao valor autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) ou outro órgão que vier a disciplinar, haja vista que esta disposição contraria as regras de livre funcionamento do mercado, caracterizando intervenção estatal na fixação de preços de mercadorias, bens e serviços.

É recente o exemplo da celeuma criada pela insubordinação da indústria automobilística às imposições sobre preços emanadas do governo da União.

PROJETO DE LEI N° 335/88  
EMENDA DE PLENÁRIO  
N° 02

O art. 4° do Projeto de Lei n° 335/88 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4° - As alíquotas do IPVA são:

I - 1/2% (meio por cento) para caminhões;

II - 3/4% (três-quartos por cento) para ônibus;

III - 1 e 1/2% (um e meio por cento) para os demais veículos.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Raul Lopes, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior, Eze-

quias Losso.

JUSTIFICATIVA:

São por demais pesadas as alíquotas pretendidas para o IPVA. A redução proposta visa a, pelo menos, atenuar a carga tributária sobre os proprietários de veículos especialmente dos utilizados para o transporte de cargas que constituem instrumento essencialmente de trabalho, notadamente quando se trata de transportador autônomo. É preciso considerar, ademais, que a nível federal está sendo instituído o pedágio que será cobrado indistintamente de todos os proprietários de veículos, ocorrendo, na prática, uma bi-tributação, já que ambos os tributos são cobrados a título de utilização de vias públicas. Não só esta Casa deve ser sensível para aprovar a redução proposta como o chefe do Poder Executivo deve ter a grandeza de acolher a decisão deste Legislativo de estabelecer alíquotas menores para o IPVA.

PROJETO DE LEI N° 335/88  
EMENDA DE PLENÁRIO  
N° 03

O Artigo 7° do Projeto de Lei n° 335/88 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 7° - O IPVA será devido anualmente e lançado de ofício, ou por homologação pela autoridade administrativa encarregada de realizar o lançamento, observando-se os valores de cálculos estabelecidos pelo Art. 3°.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Raul Lopes, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior, Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta visa retirar da autoridade administrativa a possibilidade de proceder ao lançamento do IPVA em valores diferentes dos estabelecidos pela própria lei, já que a redação proposta pelo anteprojeto confere a ela tal possibilidade.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

O Artigo 8° do Projeto de Lei n. 335/88 passa a ter a seguinte redação:

Art. 8° - O local, os prazos e a forma de pagamento serão fixados em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda, observando-se:

I - O tributo deverá ser obrigatoriamente recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria de Estado da Fazenda firmar convênios com outros estabelecimentos de crédito para recolhimento nas praças desprovidas de agência bancária da rede ofi-



cial do Estado.

II - O mês para pagamento do IPVA coincidirá com o Calendário Nacional de Licenciamento de Veículo, conforme Resolução do CONTRAN.

III - O pagamento do imposto poderá ser feito em até 3 (três) parcelas.

IV - No pagamento do imposto em única parcela no prazo regulamentar será concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor devido.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio:

Raul Lopes, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Pedro Tonelli e Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A diferença de vencimento do IPVA em relação aos prazos para licenciamento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - acarretará dificuldades aos proprietários e despachantes. Pela Resolução n.º do CONTRAN, de 30.11.88, o licenciamento dos veículos em 1989 ocorrerá, de acordo com o final da placa, nos seguintes meses: 1 - abril; 2 - maio; 3 - junho; 4 - julho; 5 e 6 - agosto; 7 - setembro; 8 - outubro; 9 - novembro e 0 - dezembro, ocorrendo a diluição do licenciamento dos veículos ao longo de 10 meses. Pelo que se depreende da exposição de motivos do Secretário da Fazenda, o Estado pretende fazer o escalonamento para pagamento do IPVA entre os meses de março e agosto, de acordo com final das placas. Vale dizer, o Estado quer acelerar o recolhimento do imposto, penalizando o contribuinte, que terá, em todos os casos que efetuar o recolhimento do IPVA em um mês e o licenciamento em mês diferente.

A racionalidade indica que o melhor procedimento seria a coincidência, isto é, o contribuinte do IPVA pagar o imposto no mesmo mês do licenciamento.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE N° 05

O Artigo 9º do Projeto de Lei n. 335/88 passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º - A falta de pagamento de quaisquer das parcelas implica na perda da faculdade de pagamento parcelado, considerando-se vencido o imposto devido, inclusive as parcelas remanescentes.

Parágrafo Único - A falta de pagamento no dia do vencimento implica na cobrança de juros de mora diários, aplicando-se, para efeito de cálculo, a variação da OTN fiscal sobre o valor do imposto devido.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio:

Raul Lopes, Ezequias Losso, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso e Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

A penalidade prevista no "caput" do art. 9º já é suficiente sujeitando o contribuinte à perda da faculdade do parcelamento, além de ter o imposto devido, corrigido diariamente pela variação da OTN fiscal, sendo extremamente exagerada a imposição de 10% de multa para a demora na quitação tanto de um como de 30 dias, na hipótese de o dia do pagamento coincidir com o primeiro dia do mês.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE N° 06

O Inciso III do Artigo 14 do Projeto de Lei n. 335/88 passa a ter a seguinte redação:

III - Nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 12 (doze) e mais de 25 (vinte e cinco) anos de fabricação.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio:

José Afonso Júnior, Raul Lopes, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Quem possui veículo com mais de doze anos de fabricação, seja ele caminhão, utilitário ou automóvel, pode ser considerada pessoa de ganhos reduzidos. Ninguém possui um bem muito usado senão por dificuldade ou impossibilidade de substituí-lo por um mais novo.

Doze anos já são mais do que suficientes para um veículo sofrer a incidência da tributação, ainda mais se considerando que a média útil de vida de um veículo deve ser de dez anos. Essa é a média utilizada para efeito de cálculos em relação aos veículos destinados ao transporte urbano. A tributação de veículo nacionais com até 15 anos de fabricação afigura-se como exagerada, ainda mais tendo em vista que o proprietário de um veículo com doze anos de uso já terá pago muito imposto aos cofres públicos, sem receber retorno efetivo dessa carga tributária, a não ser cobrir "déficits" públicos decorrentes da má administração.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE N° 07

O inciso VI do Artigo 14 do Projeto de Lei n. 335/88 passa a ter a seguinte redação:

VI - especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégico ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem conduzir veículos comuns, desde que recebam aprovação após vistoria realizada pelo DETRAN.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

**Apoiamento:**

José Afonso Júnior, Raul Lopes, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

**JUSTIFICATIVA:**

A isenção é para veículo especial e não para a condição de seu proprietário, devendo a autoridade competente verificar se o veículo está adaptado para as condições de seu condutor, independentemente das condições especificadas na Carteira Nacional de Habilitação.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 08**

Acrescente-se ao Artigo 14 do Projeto de Lei n. 335/88 o Inciso VIII.

VIII - utilizados por entidades assistenciais sem fins lucrativos e destinados ao transporte de doentes e portadores de deficiências físicas ou mentais.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

**Apoiamento:**

Raul Lopes, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

**JUSTIFICATIVA:**

Da mesma forma que o anteprojeto isenta do IPVA os táxis e os ônibus utilizados no transporte urbano o benefício deve também estender-se aos veículos empregados para transporte de doentes e portadores de deficiência físicas ou mentais desde que de propriedade de entidades que prestam assistência sem fins lucrativos.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 09**

O Parágrafo Único do Art. 8° do Projeto de Lei n. 335/88 passa a ser parágrafo primeiro, acrescentando-se o parágrafo segundo com a seguinte redação:

§ 2° - No caso de ocorrer duplo recolhimento do IPVA a restituição do recolhido a mais deverá ser feita a requerimento de qualquer um dos que respondem solidariamente pelo pagamento, conforme mencionados no "caput" deste artigo, à autoridade fazendária, tendo este prazo de 30 (trinta) dias para proceder à devolução.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

**Apoiamento:**

Raul Lopes, Pedro Tonelli, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

**JUSTIFICATIVA:**

Freqüentemente ocorrem casos de duplo recolhimento do IPVA, notadamente por despachante e pelo proprietário do veículo, sendo o anteprojeto omissivo a esse respeito.

**EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 10**

VIII - Utilizados por entidades assistenciais, sem fins lucrativos e destinados ao transporte de doentes e portadores de

deficiências físicas ou mentais e APAES reconhecidas de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 20.12.88.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

HERMAS BRANDAO

JOSÉ FELINTO

ERONDY SILVÉRIO.

**EM VOTAÇÃO.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência está colocando em discussão o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto n° 335/88.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Não há Emenda sobre o Projeto, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre esse Projeto há várias emendas. A Mesa coloca em votação o Projeto e após as emendas. Em votação. Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queira por favor, registrar o voto contrário das Bancadas do PL, PDS, PFL, PTD e PT também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda número 1, Deputado Luiz Alberto Oliveira. O Parágrafo 1° do artigo 3° do Projeto de Lei n° 335, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único: no caso de veículo novo o preço constante do documento fiscal de aquisição, incluindo os valores opcionais de acessórios e excluindo o valor dos impostos IPI e ICMS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Solicito que Vossa Excelência determine ao 1° Secretário a leitura do inteiro teor da Emenda, bem como, a justificativa, para que os eminentes Deputados possam conhecer bem a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lê a emenda, mas vai solicitar ao 1° Secretário que proceda à leitura novamente da emenda e da justificativa.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Lê Emenda e Justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda está em votação, os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presi-

dente, Vossa Excelência está brincando. Vossa Excelência disse que quem aprovasse permanecesse como estão, a Bancada do PMDB levantou-se.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência não olhou para trás, se olhasse para trás veria que vários Deputados estão sentados. Vossa Excelência tem o refúgio para verificação de votação, peço que Vossa Excelência use.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então eu solicito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Apenas para alertar aos Senhores Deputados que o objetivo da Emenda é evoluir a incidência do imposto sobre outro imposto já pago na aquisição de um caminhão. Vamos supor que o caminhoneiro que tenha durante 30,40 meses lutado para conseguir comprar o seu caminhão através de um consórcio ao chegar o pagamento, ao retirar o seu carro, o seu veículo, o seu veículo de trabalho, ele terá que pagar um imposto sobre outro, porque no caso haverá uma bitributação, isto é, ele pagou o imposto correspondente à aquisição do caminhão e terá que pagar um outro imposto que é o IPVA, com valores altíssimos. Imagine os Senhores Parlamentares que um caminhoneiro que compra um caminhão hoje no valor de cinquenta milhões de cruzados que será o seu instrumento de trabalho, instrumento de trabalho de sua família, imaginem este homem que vai ao implacar o seu veículo ter que desembolsar mais um milhão de cruzados pelos valores constantes no Projeto. O que se objetiva com a emenda é apenas isto, retirar a incidência deste imposto sobre o ICM. Faço um apelo portanto aos eminentes Parlamentares que considerem esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

A Mesa consulta o Deputado Pirajá como vota.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Treze aprovam, dezoito rejeitam. Está REJEITADA a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, pela ordem.

Gostaria que registrassem os votos favoráveis das Bancadas do PL, PDS, PDT, PFL, PTB e PT, além dos votos do Deputado Antônio Bárbara, da Deputada Vera Agibert e do Deputado José Afonso Júnior.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem,

Senhor Presidente.

Nós, embora esta Emenda tenha sido rejeitada, nós até amanhã a estudaremos junto com o Deputado Luiz Alberto Oliveira, a estudaremos com mais vagar, e, possivelmente ela poderá amanhã retornar, quando nós a aprovaremos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu espero apenas, que a eminente Bancada do PMDB, não vote contra as Emendas apenas porque este Deputado esteja subscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Absolutamente; tanto é, que eu pedi a palavra de ordem e disse que a estudaremos mesmo que, a Emenda já esteja rejeitada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, quero parabenizar-me com o Deputado, portanto, pela decisão que toma; enquanto a Emenda do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, apesar de altamente meritória, ela contém algumas imperfeições. Precisa realmente ser reestruturada. Acho que a Bancada majoritária nesta Casa não vai negar-se, mesmo porquê, isto não vai causar nenhum rombo aqui nestes trabalhos.

É apenas corrigir uma injustiça contra aqueles que trabalham, e que sofrerão uma bitributação, nesse caso.

Agora, é evidente que a Emenda tem que ser escoimada de alguns vícios. Não se pode efetivamente chamar, expungir da Emenda o IPI, que é parte constata do custo de qualquer mercadoria neste País.

A Emenda merece efetivamente um reestudo, pelo que eu me parabenizo com a Bancada do PMDB, que já de antemão garante a aprovação da mesma, para a sessão de amanhã.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Apenas para esclarecer que a Emenda não pretende retirar da tributação o IPI, o Imposto de Produtos Industriais, porque nós nem teríamos capacidade para tal.

O que se pretende é apenas, que não entre no cálculo do IPVA, a parcela correspondente ao IPVI.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

A Bancada do PMDB, como já disse, Senhor Presidente, vai estudar a matéria com mais vagar, e, se for o caso, a aprovará amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Emenda nº 2, Deputado Luiz Alberto Oliveira; O Senhor Secretário procederá à leitura da mesma.

- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da Emenda nº 2).
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a Emenda.  
Senhores Deputados que a aprovam queiram conservar-se como estão. REJEITADA.  
Em votação a Emenda nº 3.  
O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da mesma.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da Emenda nº 3.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. REJEITADA.  
Emenda nº 04  
O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da mesma.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da emenda nº 4).
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a Emenda.  
Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. APROVADA.  
Emenda nº 05.  
O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da mesma.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da Emenda nº 05).
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a Emenda.  
Os Senhores Deputados que a aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADA.  
Em votação a Emenda nº 06.  
O Senhor 1º Secretário procederá à leitura da mesma.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da emenda nº 06).
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a Emenda.  
Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. REJEITADA.  
Emenda nº 07.  
Será lida pelo Senhor 1º Secretário. O
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da Emenda N. 07).
- O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda.  
Os Senhores Deputados que a aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.  
Emenda n. 08. Será lida pelo Senhor 1º Secretário.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura

da Emenda n. 08).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu estava em pé e a minha Bancada também. Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência quando proceder questão de ordem olha um pouco para trás.

Vai-se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

15 Deputados aprovam a Emenda. Os Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se.

17 Senhores Deputados a rejeitam. Está Rejeitada.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Para registrar os votos favoráveis das Bancadas do PDT, PFL, PDS, PL, PT e dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Eduardo Baggio.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença do Prefeito de São Jorge do Patrocínio, Aparecido Faleiro de Souza e o Prefeito eleito Cláudio Palosi, atual Vereador.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Quero registrar aqui a presença do prefeito de Formosa do Oeste, Senhor Ney Machado, bem como a do prefeito eleito Dr. Shiguemi Kiara.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será anotado.  
Emenda n. 09.

A Mesa registra também a presença do Prefeito eleito de Santa Amélia.

O Sr. 1º Secretário passa a ler a emenda n. 09.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê a Emenda n. 09).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda.  
Aprovada.

A Mesa anuncia a nova composição das Bancadas Parlamentares. A Mesa deseja comunicar a nova composição das bancadas desta Casa diante da comunicação de Constituição de uma Nova Legenda, com a participação de seis Senhores Deputados.

PMDB ..... 31 Deputados

PFL ..... 06 Deputados

PSDB ..... 06 Deputados

PDT .....	04 Deputados
PTB .....	03 Deputados
PDS .....	01 Deputado
PT .....	01 Deputado
PL .....	01 Deputado
PDC .....	01 Deputado
Total .....	54 Deputados

A Mesa consulta as Lideranças e o Plenário, se a título de economia processual legislativa, deve votar a emenda que foi rejeitada, do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, com a nova redação que será em comum acordo com as Lideranças.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Eu gostaria, antes que Sua Excelência Líder do PMDB anunciasse a sua posição em relação às emendas, de comunicar à Mesa a constituição de um Bloco Parlamentar nesta Casa, nos termos da Constituição Federal vigente, será o Bloco Democrático Liberal, composto pelos Deputados Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa e este Deputado e faço esta comunicação à Mesa, tendo em vista inclusive a composição das comissões permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por outro lado, gostaria de fazer um apelo à Bancada do PMDB e às outras Bancadas desta Casa, este Deputado não tem a pretensão da paternidade da Emenda. Este Deputado apenas sugeriu as Emendas para que o douto Plenário pudesse decidi-lo.

Concordo com qualquer reunião das lideranças partidárias para definir esse assunto, como também faço um apelo à Bancada do PMDB no sentido de que nós possamos reestudar também a Emenda que objetiva isentar as entidades assistenciais do pagamento do IPVA. São centenas de entidades no Paraná inteiro. São centenas de casas de caridade no Paraná inteiro que efetivamente não pagaram, nunca pagaram nenhum tipo de imposto e que prestam um relevante serviço ao atendimento da sociedade paranaense.

Isto, efetivamente, não causará nenhum dano ao erário público. Apenas dará melhores condições de sobrevivência a novecentas entidades assistenciais, devidamente registradas na FASPAR, na Secretaria do Trabalho, no Conselho Nacional de Benemerência e também na Secretaria de Saúde.

Por isso, solicito aos eminentes Deputados que nós possamos sair daqui com um consenso não só com relação ao IPVA sobre o IPI, mas também com relação às entidades assistenciais do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, a Liderança do PMDB solicita que Voossa Excelência suspenda a sessão por cinco ou dez minutos para que nós possamos então analisar e redigir as

novas emendas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, quero ficar solidário ao Deputado Luiz Alberto Oliveira e dizer ao nosso Líder, Deputado Artagão Mattos Leão, de que quando nós tivemos a reunião da Bancada que estava presente o Secretário de Finanças, eu levantei esta questão com relação às entidades e posso lhe afirmar que existe um projeto de nossa autoria aqui nesta Casa, já de 1984, quando nós isentamos as taxas da Secretaria de Saúde em cima das entidades.

Então, faço um apelo ao Deputado Artagão, nosso Líder de Bancada, faço um apelo à Bancada do PMDB para que possamos votar isentando as entidades do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - (Pela Ordem) Eu gostaria também de ficar solidário, fico solidário à Emenda do Deputado Luiz Alberto pelo seguinte: enquanto nós pagávamos a TRU, as entidades filantrópicas eram isentas, porque nós recorremos a este direito muitas vezes dirigindo entidades filantrópicas.

Com o advento da instituição do IPVA caiu esta isenção e agora, neste momento, em que nós aprovamos um aumento do IPVA no seu valor real, é necessário que se reveja.

Então, acho que nada mais justo, já que não podemos isentar as entidades filantrópicas com tantos projetos que foram apresentadas nesta Casa, com a isenção da taxa de luz, água, telefone, e que argumentamos na época, acho que esse imposto sim, este nós podemos isentar, porque as entidades sofrem toda a sorte de dificuldades e nada mais justo do que a Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Emenda de autoria do Deputado Antônio Annibelli e outros Deputados - utilizados por entidades assistenciais, sem fins lucrativos, destinados ao transporte ... (continua lendo).

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Eu votei a favor da Emenda do Deputado, porque fica naquele negócio, vota, se é autor, se não é autor. Isto não tem nada a ver se é autor, se não é autor, se deixa de ser autor.

O problema é que a gente passa aqui nesta Casa por uma série de entidades filantrópicas que nos procuram nos gabinetes, que têm suas leis aprovadas nas Câmaras Municipais e depois vêm para cá buscando subsídios, a gente fica batendo na porta do Governo, procurando verbas, procurando dinheiro para ajudar essas entida-

des filantrópicas.

Então, gostaria de deixar registrado aqui, eu tenho que me ausentar do Plenário, dado a minha atividade profissional, mas fica aí, Deputado, que estou coeso com esta Emenda e as entidades têm que receber isto desta Casa que, mesmo ausente, o meu voto é favorável à Emenda de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para acrescentar na emenda são entidades reconhecidas como de Utilidade Pública.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, todas as entidades assistenciais reconhecidas de Utilidade Pública sem fins lucrativos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Sem fins lucrativos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria de acrescentar à Emenda que as pessoas que presidem essas entidades não sejam remuneradas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sem fins lucrativos, está na Emenda do Senhor Deputado.  
Aprovada a Emenda.

Sobre a mesa, requerimento de n. 1067, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovada. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1068, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1075, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1063, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1073, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1064, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1065, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1074, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1068, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n. 1069, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n. 1070, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n. 1071, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n. 1072, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 331/88 à 335/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 322/88 e 345/88.

Levanta-se a sessão.